



Dignidade humana no horizonte da justiça e do sentido da vida

Human dignity within the context of
justice and the meaning of life

**Vanessa Mirapalheta Oliveira*

***Luciano Marques de Jesus*

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão interdisciplinar entre a teologia de Jürgen Moltmann, a justiça restaurativa e a logoterapia de Viktor Frankl, a partir do enfoque do aconselhamento pastoral. O objetivo é demonstrar como o autoconhecimento promovido pela logoterapia pode conduzir à prática da dignidade humana, possibilitando um encontro com Deus que culmina em uma escatologia de redenção e amor gratuito. A justiça de Deus, compreendida não como punitiva, mas restauradora, revela-se no juízo divino como ação reconciliadora e plena de esperança. O artigo adota metodologia teórico-bibliográfica, com base em autores como Moltmann, Frankl e estudiosos da justiça restaurativa.

Palavras-chave: Aconselhamento. Justiça. Restauração. Sentido da vida.

Abstract

This article proposes an interdisciplinary reflection between the theology of Jürgen Moltmann, restorative justice, and the logotherapy of Viktor Frankl, from the perspective of

*Mestranda em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
Contato: vanessamirapalheta@gmail.com

**Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Contato: lmjesus@pucrs.br

Revista de Cultura
Teológica

Texto enviado em
01.11.2025

Aprovado em
02.04.2026

Ano XXXIV - V. 35 - Nº 112
Jan - Abr 2026



Programa de Estudos
Pós Graduação em
Teologia - PUC/SP

pastoral counseling. The objective is to demonstrate how the self-knowledge promoted by logotherapy can lead to the practice of human dignity, enabling an encounter with God that culminates in an eschatology of redemption and gratuitous love. God's justice, understood not as punitive but restorative, reveals itself in divine judgment as a reconciling action full of hope. The article adopts a theoretical-bibliographical methodology, based on authors such as Moltmann, Frankl, and scholars of restorative justice.

Keywords: Counseling. Justice. Restoration. Meaning of life.

Introdução

A sociedade contemporânea enfrenta uma crise existencial marcada por rupturas de sentido, esvaziamento de vínculos e crescente sofrimento subjetivo. Diante desse cenário, torna-se cada vez mais urgente que a teologia pastoral ofereça respostas que articulem fé, psicologia e justiça, promovendo um cuidado integral da pessoa humana. O aconselhamento pastoral, enquanto espaço de escuta atenta, acolhimento respeitoso e reconstrução de sentido, revela-se um campo privilegiado para esse tipo de resposta.

Neste artigo, propõe-se um diálogo entre a teologia da esperança de Jürgen Moltmann e a logoterapia desenvolvida por Viktor Frankl, com o objetivo de aprofundar as bases teológicas e antropológicas do aconselhamento pastoral. Apesar de partirem de campos distintos, ambos os autores compartilham uma convicção comum: o ser humano não está condenado ao peso do sofrimento, mas é capaz de responder a ele com liberdade, responsabilidade e abertura ao sentido. Essa capacidade de transcendência, sustentada pela esperança escatológica e pela liberdade interior, é vista como caminho possível para a restauração da dignidade.

Nesse contexto, o conceito de justiça assume novos contornos. Em Moltmann, a justiça de Deus não se limita ao modelo retributivo tradicional, mas se revela como uma ação escatológica, restauradora e reconciliadora, mais próxima das propostas da justiça restaurativa. Trata-se de uma justiça que não pune para excluir, mas cura para reintegrar. E embora essa justiça tenha sua plenitude no horizonte escatológico, ela já se antecipa no presente, especialmente

quando a pessoa é capaz de confrontar sua dor, reconhecer sua história e assumir, com liberdade, a responsabilidade por sua vida.

Essa articulação entre justiça, sentido e escuta permite vislumbrar o aconselhamento pastoral como espaço teológico e terapêutico, cuja dignidade humana é restaurada não apenas por meio de conselhos ou orientações, mas por meio da experiência concreta de ser ouvido, acolhido e reconhecido como sujeito capaz de recomeçar.

1. Justiça como esperança

Pensar a justiça a partir da fé cristã exige deixar de lado os modelos rígidos da tradição ocidental, que geralmente estão baseados em leis, recompensas e punições. A teologia escatológica de Jürgen Moltmann propõe justamente esse deslocamento. Para ele, a justiça não é uma instância normativa que retribui atos segundo méritos ou culpas, mas a realização escatológica de uma promessa: a de um mundo reconciliado, regenerado pelo amor gratuito de Deus.

Para o autor, a justiça está ligada à esperança. Essa ligação aparece de forma clara quando ele afirma: a esperança que vem do futuro de Deus não é cega, mas crítica. Ela julga todo o presente injusto (Moltmann, 2012). Por isso, justiça e esperança são inseparáveis.

Essa crítica ao presente mostra que a justiça cristã não é estática, nem ideal. Ao contrário, ela tem um papel ativo: é uma justiça que denuncia o que desumaniza e, ao mesmo tempo, anuncia um futuro novo, fundamentado na reconciliação e na transformação das relações. Para Moltmann, o juízo final de Deus não será um ato de condenação e exclusão, mas o momento em que tudo será restaurado e reordenado conforme o amor de Deus. Ele escreve que o juízo de Deus não é o fim do mundo, mas o princípio do mundo verdadeiro (Moltmann, 2005).

Moltmann mostra que o juízo é um ato de cura: Deus não quer apenas corrigir erros, mas restaurar aquilo que foi quebrado, relações, dignidade, confiança. Isso aproxima sua proposta da lógica da justiça restaurativa, que tem ganhado espaço no Direito, como alternativa às práticas punitivas.

É nesse ponto que a aproximação com a justiça restaurativa se revela particularmente fecunda. Tal modelo, desenvolvido no campo jurídico, propõe um paradigma centrado na reparação dos vínculos e não na retribuição de ofensas. Howard Zehr (2008), um de seus principais articuladores, define-a como uma justiça que significará reparar a lesão e promover a cura. Sanar o relacionamento entre vítima e ofensor deveria ser a segunda maior preocupação da justiça.

A semelhança entre a proposta de Moltmann e a lógica restaurativa não reside apenas em elementos metodológicos, mas em uma compreensão convergente de que a justiça verdadeira é aquela que reconstrói. Ambas partem do reconhecimento da dor, seja a dor individual ou comunitária, e oferecem como resposta não a vingança, mas a reabilitação, não o castigo, mas a comunhão reencontrada.

Jurgen Moltmann vai além ao afirmar que a justiça de Deus não se limita ao campo das relações humanas. Ela tem uma dimensão cósmica: é a restauração de toda a criação. Moltmann escreve: “Trata-se de Deus e de sua justiça criadora, e esta se diferencia totalmente das nossas formas terrenas de justiça. [...] A meta é a restauração de todas as coisas com vistas à edificação do Reino eterno de Deus” (2004, p. 322-323).

Essa forma de compreender a justiça tem implicações práticas para a vida da Igreja e para o aconselhamento pastoral. Ela convida a comunidade cristã a não repetir padrões de julgamento e exclusão, mas a criar espaços de escuta, reconciliação e cuidado, sinais concretos da justiça de Deus já atuando no presente.

A teologia da esperança de Moltmann também dialoga com o pensamento de Paul Ricœur, que vê a justiça como mais do que a aplicação imparcial da lei. Para Ricœur (2008), a justiça passa também pelo reconhecimento do outro e pela reconstrução de sua história ferida. Esse tipo de justiça é profundamente relacional. Ela não se faz com distância, mas com presença.

Assim, quando o aconselhamento pastoral se inspira nessa visão, ele deixa de ser um simples apoio emocional ou espiritual e passa a ser um espaço o qual a

justiça é vivida na prática: não como regra abstrata, mas como atitude de acolhida e compromisso com o bem do outro.

2. Sentido da vida e dignidade humana

A logoterapia, criada por Viktor Frankl, surge da vivência direta do sofrimento humano em sua forma mais extrema. Sobrevivente de campos de concentração nazistas, Frankl (2011) desenvolveu uma proposta terapêutica que vai além da psicologia convencional. Seu ponto de partida é simples, mas profundamente transformador: o ser humano pode encontrar sentido mesmo nas situações mais dolorosas e absurdas da vida.

Diferente de correntes psicanalíticas como a de Freud, centrada na busca de prazer, Frankl afirma que o centro da existência humana está na vontade de sentido. A busca por sentido é, para ele, uma necessidade existencial tão fundamental quanto o alimento ou a segurança. Nesse contexto, citando Nietzsche, Frankl afirma que quem tem um porquê para viver, aguenta quase todo como.

Ao afirmar que “tudo pode ser tirado de uma pessoa, exceto uma coisa: a última das liberdades humanas — escolher sua atitude em qualquer circunstância” (FRANKL, 2016, p. 86), Frankl introduz uma concepção de liberdade radicalmente interior, que permanece mesmo quando todas as liberdades externas são abolidas. Essa liberdade, inseparável da responsabilidade, confere ao ser humano uma dignidade que não depende de circunstâncias, mas de sua resposta a elas. Trata-se de uma antropologia da profundidade, cuja grandeza da pessoa não reside na ausência de sofrimento, mas na capacidade de confrontá-lo com autenticidade e coragem.

Essa afirmação tem grande força também para a reflexão teológica e pastoral. Ela nos lembra que o ser humano não é apenas vítima de sua história, mas sujeito capaz de dar um novo significado ao que vive. Essa liberdade de escolha, especialmente diante do sofrimento, não é algo simples ou automático. Exige esforço, coragem e muitas vezes acompanhamento, e é justamente aí que o aconselhamento pastoral encontra seu lugar.

Ao propor que o sentido não é inventado, mas descoberto, Frankl aproxima-se de correntes filosóficas como a de Max Scheler, que vê o ser humano como alguém capaz de orientar sua vida a partir de valores que o transcendem. A abertura ao sentido, mesmo diante da morte, dá à vida um valor que não se limita à lógica da utilidade ou do sucesso. Frankl (2011) afirma de forma direta que sem sofrimento e morte, a vida humana não pode ser completa. Essa frase revela que a consciência da morte, longe de aniquilar, confere à vida uma seriedade trágica que realça seu significado.

A consciência da morte, portanto, longe de ser um fator paralisante, pode ajudar a pessoa a fazer escolhas mais autênticas, a viver com maior responsabilidade e a reconhecer o que realmente importa. Essa compreensão se alinha com a ideia cristã de que a vida tem um sentido último que vai além do imediato, e que o sofrimento, embora não desejado, pode ser vivido de modo fecundo quando integrado à fé e à esperança.

Essa afirmação revela o alcance teológico implícito da logoterapia. Embora Frankl não tenha escrito a partir de uma fé institucionalizada, sua antropologia do sentido abre espaço para uma transcendência que resgata o humano do desespero e o reconcilia com o mistério. O ser humano não é apenas aquele que sofre, mas aquele que pode oferecer ao sofrimento uma resposta significativa, e, com isso, reencontrar-se com sua liberdade essencial.

Nesse cenário, o conselheiro pastoral não assume o papel de quem “cura” o outro com respostas prontas. Ele é alguém que escuta, caminha junto e ajuda a pessoa a redescobrir o que dá sentido à sua vida, mesmo que esse sentido esteja obscurecido pela dor. Frankl afirma com clareza: “A liberdade espiritual do ser humano [...] permite-lhe, até o último suspiro, configurar sua vida de modo que tenha sentido” (2011, p. 115).

Essa afirmação também dialoga com a tradição cristã, que vê no sofrimento um lugar possível de encontro com Deus, não porque o sofrimento seja bom em si, mas porque ele pode abrir o coração àquilo que está além do imediato e do controlável. O papel do aconselhamento, nesse sentido, é dar suporte para que a

dor não se transforme em desespero, mas possa ser integrada como parte de um caminho que conduz à maturidade espiritual e humana.

Ao reconhecer o sofrimento como parte do drama da existência e ao oferecer ao sujeito um espaço para narrá-lo com liberdade e profundidade, o aconselhamento pastoral torna-se não apenas uma ferramenta terapêutica, mas um gesto escatológico: sinal concreto de que o sentido ainda é possível, de que a esperança não foi vencida, de que a dignidade, mesmo ferida, pode ser restaurada.

3. Aconselhamento pastoral como espaço de justiça e esperança

A prática do aconselhamento pastoral tem ganhado novo reconhecimento como uma dimensão importante da missão da Igreja, especialmente diante dos desafios atuais que envolvem sofrimento psíquico, rupturas de sentido e perda de vínculos. Mais do que oferecer consolo religioso ou acompanhamento moral, o aconselhamento pastoral tem potencial para ser um verdadeiro espaço de reconstrução da dignidade humana.

Esse espaço, porém, não se constrói a partir de discursos prontos ou orientações normativas, mas principalmente a partir da escuta. Escutar, no contexto pastoral, é muito mais do que ouvir o que o outro tem a dizer, é criar um ambiente de acolhimento e confiança, onde a pessoa pode se sentir segura para expressar suas dores, dúvidas e angústias sem medo de julgamento. Como observa Henri Nouwen (2004), ouvir é uma forma de hospitalidade espiritual pela qual convidamos um desconhecido a se tornar nosso amigo. Essa hospitalidade interior é essencial para que o outro se sinta acolhido, liberando espaço para que Deus atue redentoramente na vida de quem sofre.

Essa escuta profunda, respeitosa e atenta revela-se ainda mais necessária em uma sociedade marcada pela velocidade, pelo isolamento e pelo individualismo. Muitas vezes, o sofrimento das pessoas não encontra lugar de reconhecimento, sendo tratado como fraqueza, desvio ou fracasso. O aconselhamento pastoral se propõe justamente a nadar contra essa corrente, afirmando que cada história, por mais fragmentada que pareça, tem valor e merece ser escutada com dignidade.

Esse espaço, porém, não se constrói a partir de discursos prontos ou orientações normativas, mas principalmente por meio da escuta. Escutar, no contexto pastoral, é muito mais do que ouvir o que o outro tem a dizer, é criar um ambiente de acolhimento e confiança, no qual a pessoa pode se sentir segura para expressar suas dores, dúvidas e angústias sem medo de julgamento. Como observa David Augsburger (1982), ser ouvido é tão próximo de ser amado que, para a maioria das pessoas, são quase indistinguíveis. Nesse sentido, o conselheiro pastoral abre caminhos para a construção de cura e reconciliação, o qual Deus pode agir no coração de quem sofre.

É preciso ressaltar que essa escuta não é passiva nem neutra. Ela é também crítica e profética, pois implica uma tomada de posição diante das estruturas que produzem sofrimento. A escuta pastoral autêntica não apenas consola a dor, mas a denuncia; não apenas acolhe a ferida, mas se compromete com sua cura, não como solução mágica, mas como companhia no caminho. Ela exige uma ética da alteridade que encontra ressonância no pensamento de Emmanuel Levinas, para quem o encontro com o outro, especialmente o outro que sofre, é sempre uma interpelação ética radical. O rosto do outro não é apenas presença, mas apelo: ele antecede a reflexão e impõe responsabilidade. Como afirma o autor que o rosto do outro é um imperativo irreversível: Não matarás (Levinas, 2000).

Essa compreensão dialoga com a proposta de Howard Zehr, que define a justiça restaurativa como um modelo baseado na escuta, na responsabilização e na reconstrução dos vínculos entre as partes envolvidas. Para Zehr, “justiça restaurativa é um processo para envolver, na medida do possível, todos os que têm interesse em uma ofensa específica, e para juntos identificar e enfrentar as consequências, restaurar as relações e as obrigações futuras” (2011, p. 37).

Na pastoral, esse modelo é traduzido na forma como o conselheiro se aproxima do aconselhado: não com a postura de quem diagnostica ou corrige, mas como alguém que caminha junto, escuta com empatia e ajuda a reconstruir a história a partir da fé e do valor da pessoa. Essa escuta, portanto, tem força terapêutica, mas também teológica, porque revela a maneira como Deus se comunica: por meio da presença fiel, do silêncio que acolhe e da palavra que dá sentido.

Essa dimensão também se conecta à escatologia cristã, especialmente à teologia da esperança proposta por Jürgen Moltmann. Para ele, a esperança não é passiva, mas uma força que resiste ao sofrimento e projeta uma nova possibilidade de vida. Para Moltmann (2005), a esperança cristã não apenas consola o sofrimento; ela protesta contra a causa do sofrimento. Ela denuncia as forças que matam o espírito e anuncia a ressurreição da vida.

O aconselhamento pastoral, assim, deve ser entendido como um lugar no qual essa esperança se torna concreta: no corpo ferido que encontra escuta, na alma confusa que encontra palavras, no sujeito culpado que descobre o perdão possível. Em termos bíblicos, trata-se de ser como o Cristo que caminha com os discípulos de Emaús (Lc 24,13-35), ouvindo-lhes a dor, reinterpretando seus caminhos, reacendendo neles a esperança.

Além disso, o papel da Igreja como comunidade de cuidado precisa ser resgatado. O Papa Francisco tem insistido que a Igreja deve ser como um “hospital de campanha depois de uma batalha”, ou seja, um lugar no qual as pessoas possam encontrar acolhimento e cura para suas feridas mais profundas. Francisco afirma: “Vejo com clareza que aquilo de que a Igreja hoje mais precisa é de capacidade de curar feridas e aquecer o coração dos fiéis, proximidade, cordialidade. Vejo a Igreja como um hospital de campanha depois de uma batalha” (2013, n. 49). O aconselhamento pastoral concretiza esse ideal ao oferecer, na prática, um espaço de escuta, cuidado e restauração.

A escuta pastoral, quando enraizada na fé, sustentada pela esperança e orientada pelo amor, é mais do que um gesto ético: é um sinal escatológico. Ela antecipa, na fragilidade do presente, o mundo reconciliado prometido por Deus. Nela, a justiça se realiza não como sentença, mas como acolhimento; o cuidado não como técnica, mas como vocação; a palavra não como doutrina, mas como gesto de ressurreição.

4. O encontro restaurador com Deus

Falar de escatologia no contexto da fé cristã é muito mais do que discutir “o fim do mundo” ou um momento futuro de condenação e recompensa. A escatologia, especialmente na teologia de Jürgen Moltmann, é compreendida

como o horizonte último da reconciliação, da liberdade e da justiça restauradora de Deus. O juízo final, nesse contexto, não é uma ameaça, mas uma promessa de que o mal e a dor não terão a última palavra.

Jürgen Moltmann, ao elaborar uma escatologia marcada pela esperança, rompe com os moldes tradicionais da justiça retributiva e propõe uma releitura radical do juízo final. Para ele, o juízo escatológico não é uma instância de condenação arbitrária, mas a expressão última do amor de Deus que consome o mal, redime a dor e reintegra a criação em sua vocação original. O julgamento divino, nessa chave, é restaurador porque desvela a verdade última de cada existência sob a luz reconciliadora da misericórdia. Moltmann afirma que “o juízo de Deus não é o contrário da graça, mas a sua forma escatológica” (2003, p. 253).

Trata-se, portanto, de uma justiça que julga para curar, que purifica não para destruir, mas para libertar. A imagem do fogo escatológico, evocada por Paulo em 1Cor 3,15, é reinterpretada por Moltmann como símbolo desse amor purificador: aquilo que se opõe ao amor será queimado; o que for amor, permanecerá. Essa leitura não só desafia a mentalidade punitivista, como reconstrói a esperança de um julgamento que não humilha, mas dignifica, revelando o ser humano a si mesmo à luz de um amor que não desiste.

Joseph Ratzinger, ainda antes de seu pontificado como Bento XVI, já sugeria algo semelhante em *Introdução ao Cristianismo*. Para ele, o juízo final não é o veredicto de uma instância exterior e impessoal, mas o confronto radical com a verdade. Esse juízo acontece no interior da consciência, o qual cada ser humano se verá como é, à luz do amor e da justiça que não mentem. Ratzinger escreve que “o julgamento de Deus não é o veredicto de um juiz externo, mas a manifestação da verdade do ser. E essa verdade é inseparável do amor” (2005, p. 250).

Essa forma de entender o juízo resgata sua profundidade espiritual. Deus não julga como um juiz comum, mas como alguém que conhece a pessoa por inteiro e deseja sua salvação. Esse juízo, portanto, é sempre uma oportunidade de conversão e de reencontro com o sentido profundo da existência.

Nessa linha, Viktor Frankl, ainda que parta de outro campo disciplinar, oferece uma chave antropológica que ilumina essa compreensão do juízo. Em sua visão,

o ser humano realiza sua dignidade precisamente ao assumir responsabilidade pelo sentido único de sua vida, mesmo diante da morte. A liberdade interior que ele defende, essa capacidade de escolher uma atitude diante do sofrimento inevitável, é também a base sobre a qual cada um se colocará diante do juízo. Ele afirma que a vida jamais deixa de ter sentido, mesmo diante do sofrimento e da morte (FRANKL, 2016)

Essa responsabilidade diante da própria história não é apenas psicológica, mas também espiritual. O juízo final, nesse horizonte, é visto não como imposição externa, mas como confrontação interior, quando a pessoa se verá diante da própria verdade, com liberdade e responsabilidade.

Emmanuel Levinas (2000), por sua vez, aprofunda essa dimensão ao sustentar que o juízo se dá na presença do outro. O rosto do outro é o espaço cuja consciência se reconhece eticamente interpelada. O “totalmente outro” de Deus, então, não aniquila a subjetividade, mas a convoca à responsabilidade. O juízo, assim, não é um momento final e externo, mas um processo contínuo de responsabilização diante da alteridade.

É nesse ponto que o aconselhamento pastoral se configura como uma antecipação do juízo escatológico. Quando o conselheiro se dispõe a escutar a dor do outro com reverência e empatia, sem impor respostas, mas oferecendo presença e mediação simbólica, ele participa da economia escatológica da reconciliação. O juízo restaurador de Deus não começa apenas no fim dos tempos, mas já se inicia no cotidiano da escuta que dignifica e da palavra que redime.

Nessa linha, Viktor Frankl, ainda que parta de outro campo disciplinar, oferece uma chave antropológica que ilumina essa compreensão do juízo. Em sua visão, o ser humano realiza sua dignidade precisamente ao assumir responsabilidade pelo sentido único de sua vida, mesmo diante da morte. Ele afirma que a única coisa que restou é a última liberdade humana (FRANKL, 2016), a capacidade de escolher a atitude pessoal que se assume diante de determinado conjunto de circunstâncias. Em outro momento, reforça: Se tiver êxito, continuará a crescer apesar de todas as indignidades.

Esse ministério pastoral, exercido com liberdade e compaixão, torna visível a justiça que salva, aquela que não exclui nem condena, mas reintegra. Por isso, o aconselhamento pastoral também pode ser compreendido como uma antecipação da escatologia. Nele, o amor gratuito de Deus se torna próximo; o juízo se manifesta na forma da escuta atenta; e a justiça aparece como restauração da dignidade.

A escatologia cristã, sob essa ótica, não está distante da vida cotidiana. Ela se revela, ainda que de forma parcial, toda vez que o sofrimento é acolhido com misericórdia, que a verdade é dita com amor, e que a dignidade de alguém é reconhecida em meio à sua fragilidade. O aconselhamento pastoral é, nesse sentido, um espaço teológico concreto o qual a promessa do Reino de Deus já começa a acontecer.

Conclusão

Ao longo deste artigo, procurou-se articular de forma interdisciplinar três eixos fundamentais: a teologia da esperança de Jürgen Moltmann, a logoterapia de Viktor Frankl e a prática do aconselhamento pastoral. Essa aproximação permitiu pensar a dignidade humana não apenas como um conceito abstrato ou um ideal ético, mas como uma realidade concreta, muitas vezes fragilizada, que pode ser restaurada a partir do encontro entre fé, escuta e sentido.

Moltmann oferece uma visão de justiça que rompe com os esquemas punitivos e propõe uma leitura escatológica da reconciliação. O juízo de Deus, para ele, é expressão última do amor que restaura o que foi ferido e reordena o que o mal desorganizou. Trata-se de uma justiça que nasce da esperança, e não do medo; uma justiça que não visa excluir, mas curar. Essa visão desafia tanto perspectivas religiosas centradas na condenação quanto práticas sociais que ainda insistem na punição como principal forma de reparação.

Já Frankl contribui com uma antropologia do sentido, em que o ser humano é chamado a descobrir, mesmo diante do sofrimento, um “porquê” capaz de sustentar sua liberdade e sua responsabilidade. Ao afirmar que a dignidade está enraizada na liberdade interior de responder à vida com sentido, Frankl reforça

uma ideia profundamente cristã: a de que a pessoa nunca se reduz à sua dor ou ao seu passado. Há sempre, no fundo da alma, uma possibilidade de recomeço.

É nesse espaço de possibilidade que o aconselhamento pastoral atua. Ao acolher a dor do outro com empatia, escuta e presença, o conselheiro se torna sinal da justiça restauradora de Deus. Esse ministério não se limita a consolar ou orientar, mas cria condições para que o outro reencontre sua voz, sua liberdade e sua dignidade. Escutar, nesse contexto, é um gesto de fé na pessoa e de confiança no Deus que transforma a dor em lugar de esperança.

Assim, o aconselhamento pastoral, quando integrado a uma visão escatológica da justiça e a uma compreensão existencial do sentido, torna-se um espaço teológico cuja fé se traduz em cuidado. Nele, a teologia se encarna, o sofrimento encontra palavras e o juízo de Deus se manifesta como gesto de amor e reconstrução. Ao escutar, o conselheiro participa do Reino que já começou, não como plenitude, mas como sinal. E ao promover reconciliação e sentido, colabora com a missão da Igreja de ser, hoje, lugar de acolhida, de cura e de dignidade restaurada.

Referências

- AUGSBURGER, David W. *Caring Enough to Hear and Be Heard*. Ventura, CA: Regal Books, 1982.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2017.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo atual. In: Documentos do Vaticano II. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FRANCISCO, Papa. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium*: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazio-ne-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 01 nov. 2025.
- FRANKL, Viktor Emil. *Em busca de sentido*: um psicólogo no campo de concentração. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
- FRANKL, Viktor Emil. *Psicoterapia e sentido da vida*: fundamentos da logoterapia e análise existencial. São Paulo: Quadrante, 2011.
- GOMES, Tiago de Fraga. O encontro entre as religiões na perspectiva da esperança

- em Jürgen Moltmann. *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, São Paulo, v. 12, n. 22, p. 11–25, 2018.
- GRECO, Frederico C.; CAMARGO, Camila M. da C. *Aconselhamento pastoral à luz da mediação de conflitos*. Belo Horizonte: Revista Abre, 2023.
- GRIPP, Andréia. A infopastoral como caminho para a interlocução entre o Evangelho e a cultura digital. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 52, n. 1, p. 1–9, 2022.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e Infinito*: ensaio sobre a exterioridade. Trad. José João Abrantes. Lisboa: 70, 2000.
- MOLTMANN, Jürgen. *A ética da esperança*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2012.
- MOLTMANN, Jürgen. *La venida de Dios*: escatología cristiana. Trad. Ismael Quiles. Salamanca: Sígueme, 2004.
- MOLTMANN, Jürgen. *O Deus crucificado*: a cruz de Cristo como fundamento e crítica da teologia cristã. Trad. Flávio Erwin Kothe. São Paulo: Paulinas, 2003.
- MOLTMANN, Jürgen. *Teologia da esperança*. São Leopoldo: Sinodal, 2005.
- NOUWEN, Henri J. M. *O caminho do coração*: espiritualidade dos desertos para o mundo de hoje. Trad. Ana Maria Lopes. São Paulo: Loyola, 2004.
- OLIVEIRA, Maria F. C. de. *Espiritualidade à luz da logoterapia de Viktor Frankl*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2023.
- RATZINGER, Joseph. *Introdução ao Cristianismo*: preleções sobre o credo apostólico proferidas perante estudantes universitários. 3. ed. Trad. Paulo Roberto F. de Souza. São Paulo: Loyola, 2005.
- RICÉUR, Paul. *O justo ou a essência da justiça*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.
- SCHELER, Max. *O formalismo na ética e a ética material dos valores*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SILVEIRA, Daniel R.; MAHFOUD, Miguel. Contribuições de Viktor Emil Frankl ao conceito de resiliência. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 25, n. 4, p. 567–576, out./dez. 2008.
- TILLICH, Paul. *A coragem de ser*. São Leopoldo: Sinodal, 2001.
- ZEHR, Howard. *Trocando as lentes*: um novo enfoque para a justiça e a prática judicial. Trad. Paulo César de Oliveira. São Paulo: Centro de Justiça Restaurativa; CEBI, 2008.